

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.433 - RJ (2018/0166915-5)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
EMBARGANTE : **ADEMIR CYPRIANO VALERIANO**
ADVOGADO : **VALDIR VIRGENS PEREIRA - RJ121376**
EMBARGADO : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RJ020283**
JULIANA DE SIQUEIRA CASTRO - RJ113679
HUGO FILARDI PEREIRA - RJ120550
LORRANA GUIMARÃES PEREIRA E SILVA E OUTRO(S) - RJ180939

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Ademir Cypriano Valeriano** contra decisão que deu provimento ao recurso especial da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, para reformar o acórdão recorrido, no sentido de que é devida a cobrança integral pelo serviço de esgotamento sanitário, ainda que o serviço não seja prestado na sua totalidade, conforme o entendimento desta Corte, firmado no recurso especial repetitivo n. 1.339.313/RJ.

Em suas razões, a parte embargante sustenta omissão e contradição na decisão embargada, que deu provimento ao recurso especial, pois esta adentrou o mérito, sem ter-se manifestado quanto à reiterada alegação da embargante, *"em todas suas peças, desde a apelação, quanto a: INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 7.217/2010, o que faz da matéria decidida no Tema 565, utilizado como estribo da referida decisão embargada, NULO DE PLENOS DIREITOS, pela ausência de enfrentamento da matéria de inconstitucionalidade levantada, igualmente no RESP 1.339.313/RJ e do Tema 565"* (fl. 372). A decisão foi contraditória ao fundamentar que, no passado, decidiu em consonância com o *"que vem sendo assentado de forma colegiada nas demais câmaras cíveis do consumidor, ainda hoje, favoravelmente ao consumidor e não á companhia"* (fl. 372). Aduz fato novo, tendo em conta que, *"mesmo que um decreto ou entendimento venham permitir a legalidade da cobrança por um serviço, sendo o mesmo parcial, essa decisão não pode gerar margem para o abuso da cobrança integral e permitir que a ré ofereça um serviço parcial, ou seja, a permissão não pode produzir injustiça ou*

enriquecimento ilícito em detrimento da outra parte, eu ofereço um serviço pela metade e cobro a tarifa Cheia, isso é uma injustiça, gera um FATO NOVO, o abuso da cobrança pela permissão" (fl. 373).

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 389).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Não prospera a irresignação da parte embargante.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para correção de erro material.

Entretanto, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

No tocante à alegação de que esta Corte não examinou a questão referente à inconstitucionalidade do Decreto 7.217/201, *mesmo tal insurgência tendo sido levantada em todas as peças recursais, desde a apelação*, cumpre registrar que este é um tema inédito, agitado tão somente em sede de embargos de declaração e não suscitado oportunamente sob o enfoque ora pretendido, o que caracteriza imprópria inovação recursal, que, portanto, não pode ser analisada na presente fase recursal.

Ainda, "*O STJ possui compreensão pacífica no sentido da necessidade de prequestionamento, inclusive de matérias de ordem pública. Precedentes: AgInt no AREsp 1192826/MS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/4/2018; EDcl no REsp 1682995/ES, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2017*" (REsp 1805418/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 05/09/2019)

No caso, como antes asseverado, afasta-se a negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com

negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

De outro lado, em relação ao suposto fato novo, constata-se que, na verdade, o que a parte embargante pretende é a reversão da decisão que lhe foi desfavorável. Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do *decisum* embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que a questão levantada não configura hipótese de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC.

2. A remessa dos autos para julgamento do recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal é decorrência lógica da regra insculpida no art. 543, §1º do CPC.

3. Inexistir qualquer fundamento relevante que justifique a oposição dos presentes embargos ou que venha infirmar as razões contidas na decisão embargada. 4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1.471.797/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado.

2. A obtenção de efeitos infringentes, como pretende a Embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 535, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício; bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado. Precedentes.

3. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos aclaratórios. 4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no REsp 993.078/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/9/2014, DJe 10/10/2014)

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator